

**ATA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
PREVIDÊNCIA DE MARIANA – MG**

Aos onze dias do mês de outubro do ano de 2016, às nove horas e vinte e dois minutos na sede do FUNPREV, sito Rua Marquês de Pombal nº 55, bairro Rosário, Mariana/MG estiveram reunidos os seguintes membros do Conselho Municipal de Previdência: Edilene Toríbio – presidente do Conselho, Diego Carioca, Sílvio Cervino, Cassiano Sabino, Jaqueline Melo e Felipe Seabra, a coordenadora Leandra Saraiva e os servidores Francisco Dias, Ricardo da Costa, Patrícia Mara Simim e Natália Batista. A reunião teve início com pronunciamento da coordenadora, a respeito da pauta de reunião expondo os cronogramas de curso e abrindo a palavra para avaliação do treinamento de certificação CPA 20, ocorrido nos dias 04, 05 e 06 de outubro. Edilene disse sentir-se gratificada por perceber que a participação em eventos no decorrer dos anos lhe possibilitou uma melhor assimilação do conteúdo apresentado no treinamento, o que motiva e trás confiança. Leandra explicou que o CPA (Certificação Profissional ANBIMA) não é obrigatório, até o momento para o conselho, porém a partir de 2017 o será. Para o conselho o CPA 10 atende as exigências do Pró-Gestão, programa de qualificação para os RPPS, elaborado pelo Ministério da Previdência, o que não impede que aqueles que se sentirem preparados adquiram o CPA 20. A CPA 20 será obrigatória para os membros do Comitê de Investimentos responsáveis por atuar diretamente com os recursos investidos. Edilene informou que de acordo com o site da ANBIMA a metodologia e exigências do exame serão alteradas em 2017. Colocou-se para votação e ficou deliberada a liberação de duas tentativas para realização do exame até o final do ano. Respondendo ao questionamento do conselheiro Cassiano a respeito do portal transparência, a coordenadora informou que, o sistema ainda se encontra em tramites de licitação. Por enquanto as informações estão sendo repassadas através de planilhas no site do FUNPREV. Francisco Dias e a coordenadora Leandra fizeram exposição das planilhas de despesas administrativas do FUNPREV para a servidora Patrícia Mara Simim, demonstrando como é calculado os 2% utilizados para custear a administração. A respeito da prestação de contas a coordenadora colocou que as despesas não variam muito de um mês para o outro, pois as despesas administrativas são em geral “fixas”. O que sofre mais variação são as despesas previdenciárias, pois em média há entrantes nos benefícios de tempo em tempo. Edilene perguntou se o FUNPREV paga auxílio reclusão. A coordenadora esclareceu que sim. O benefício é pago aos dependentes do recluso via documento judicial de forma temporária, a aqueles que possuem baixa renda. A coordenadora Leandra explanou sobre a prestação de contas dos meses de julho a setembro, demonstrando que as despesas sofreram leves alterações em alguns meses possivelmente em função da forma que foram contabilizados (Ex.: uma despesa ficou “acumulada” em um mês, e regularizou nos meses seguintes). Do total disponível para administração do FUNPREV, foi gasto em média 30% dos recursos até o mês de setembro. Quanto às receitas a coordenadora demonstrou através de planilha as contribuições que compõem a receita que são 20,24% de contribuição patronal e 11% sobre o salário do servidor. Os recolhimentos giram em torno de R\$ 1.600.000,00 (um

milhão e seiscentos mil reais) mês. Edilene questionou quanto à redução de 25 servidores ativos entre março e agosto, se esta é proveniente de aposentadoria e se não deveria ser repostos por concurso. A coordenadora verificando na planilha de aposentados constatou que se trata de aposentadoria. O conselheiro Cassiano propôs que os membros do conselho acompanhem mês a mês as aposentadorias e de quais departamentos estão sendo, para poderem cobrar efetivamente do ente federativo as reposições. Ressaltaram a importância de observarem a questão dos desvios de função, que de certa forma prende os cargos de concurso, pois eles não podem ser ocupados enquanto não regularizar a situação. As variações de receitas em geral são provenientes da rentabilidade dos investimentos, pois as contribuições possuem valor fixo. Francisco relatou que o TCE – MG informou que a compensação previdenciária deve ser contabilizada em receitas, os valores a serem recebidos do INSS devem ser verificados junto à contabilidade. Leandra expôs que ainda não estamos recebendo nenhuma compensação, que foram protocolados 10 processos, porém a regional que nos atende localizada em Itabirito não lançou resposta de nenhum. Cassiano pensa ser importante acionar judicialmente respostas de tais processos. Os membros do conselho lembraram a necessidade do recadastramento para uma avaliação atuarial mais confiável, quanto a isto a coordenadora Leandra comunicou a todos que, em contato com servidora do INSS ficou acertado ela irá fornecer os CNIS dos servidores fracionadamente. Foram repassados o nome de 98 servidores e estamos aguardando os CNIS. Desta forma ao menos o cadastro previdenciário será atualizado. Edilene comunicou que a APAE e a Escola de Passagem solicitaram uma explanação do FUNPREV nas AC - Atividade complementar. Ficou acertada a participação em uma reunião no mês de novembro. Leandra apresentou os cursos e eventos disponíveis até o final do ano. O conselho deliberou a participação dos servidores Diego Carioca, Juciane Domingos e Ricardo da Costa, responsáveis pelos processos de aposentadoria, no curso “A Nova Previdência” em São Paulo, previsto para ocorrer dia 8 de novembro. Deliberou a participação dos servidores Francisco Dias, Natália Batista e Felipe Seabra, membros do Comitê de investimentos e o último do Conselho de Previdência, no 16º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM sobre “Profissionalismo e Ética na Gestão do RPPS” a ocorrer nos dias 7, 8 e 9 de novembro no Espírito Santo. Não tendo mais nada a tratar às doze horas e quinze minutos, a presidente Edilene deu por encerrada a reunião, e eu Natália Batista lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada.

